

PROJETO EDIHUM: TEORIAS E PRÁTICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

EDIHUM PROJECT: UNIVERSITY EXTENSION THEORIES AND PRACTICES IN THE COVID-19 PANDEMIC PERIOD

PROYECTO EDIHUM: TEORÍAS Y PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN EL PERÍODO DE LA PANDEMIA COVID-19

CLÁUDIA REGINA ZILIOOTTO BOMFÁ¹, SILVIO JOSÉ DE MELLO NETTO², JOÃO ALLES CARDOSO³, ANTONIA TAMARA HAAG⁴, ZILA GABRIÉLI ILHA LIMA⁵

RESUMO

O presente artigo aborda dimensões teóricas e práticas da extensão universitária durante a pandemia de COVID-19. Especificamente, a reflexão trata da aplicação do Projeto de Extensão EDIHUM, inserido no âmbito do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas (PET CiSA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em 2020, a equipe EDIHUM produziu quatro episódios de podcast, que foram compartilhados com seis turmas de ensino médio, em colaboração com um professor de Geografia da rede estadual. Para avaliar tal empreendimento, o texto lança mão de contribuições da literatura acadêmica sobre noções de educação em direitos humanos e de extensão universitária. O diálogo com tais teorizações reforça a conveniência do uso da teoria de forma pragmática, visando o desenvolvimento autocrítico da comunicação entre Universidade e demais setores da sociedade.

Palavras-chave: extensão; ensino remoto; educação tutorial; educação em direitos humanos.

ABSTRACT

The abstract approached practical and theoretical dimensions about university extension during pandemic time of the COVID-19. The reflexion specifically, approached of accomplishment in the Projeto de Extensão EDIHUM, in Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas (PET CiSA) at Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In 2020, the EDIHUM group made four podcast chapters that were shared with six classes of the High School with contributions from a Geography teacher for the state web. To evaluate these activities, the text uses academic literature about human rights and university extension. The dialogue about the theories reinforce the necessity to use pragmatic theory, looking for self-critical development to communication between University and the other society groups.

Keywords: extension; remote teaching; tutorial education; human rights education.

¹ Doutora docente do Departamento de Ciências da Comunicação (UFSM).

² Graduando do curso de História (UFSM).

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História (UFSM).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação (POSCOM - UFSM).

⁵ Graduanda do curso de História (UFSM)

RESUMEN

El resumen aborda las dimensiones teóricas y prácticas de la extensión universitaria en el transcurso de la pandemia del COVID-19. Específicamente, la reflexión presenta la aplicación del Proyecto de Extensión EDIHUM, introducido dentro del marco do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas (PET CiSA) en la Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). En 2020, la equip EDIHUM produziu cuatro capítulos de podcasts que fueran partilhados con sés clases de la secundaria, con ayuda de un profesor de Geografía de la red estatal. Para evaluar las actividades, el artículo utiliza contribuciones de la literatura académica sobre las nociones de la educación en derechos humanos e de la extensión universitaria. El diálogo con las teorizaciones refuerzan la necesidad de los usos de la teoría de manera pragmática, buscando el desarrollo autocrítico de la comunicación entre Universidad y los demás sectores de la sociedad.

Palabras clave: extensión; enseñanza a distancia; educación tutorial; educación en derechos humanos.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a experiência do Projeto de Extensão EDIHUM precisa ser entendida no contexto do Programa de Educação Tutorial (PET), uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que estabelece grupos de discentes da graduação orientados por um tutor (BRASIL, 2013). Sua finalidade consiste na busca da melhoria dos cursos e no incentivo a uma formação integral dos participantes, o que pretende ser alcançado a partir de uma metodologia baseada no conceito de educação tutorial e no princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). Atualmente, são 842 grupos mantidos pelo programa. Um destes é o PET Ciências Sociais Aplicadas (PET CiSA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), constituído por estudantes dos cursos de Comunicação Social – Produção Editorial, História Bacharelado, História Licenciatura e Meteorologia.

Ao longo dos meses de outubro e novembro de 2020, a equipe de oito integrantes do grupo PET CiSA realizou uma parceria com uma escola estadual de ensino médio do Município de Rosário do Sul, em colaboração com um docente regente da disciplina de Geografia. A ação denominada “Projeto de Extensão EDIHUM: produção de podcasts didáticos relacionados à educação em direitos humanos” objetivou efetivar uma parceria entre universidade e escola, abordando temas sob a perspectiva da educação em direitos humanos, o que, na prática, consistiu na publicação quinzenal de podcasts¹ com cerca de dez minutos cada, acompanhados por uma ou duas páginas de exercícios de reforço.

¹ “Podcasts são programas de áudio que podem ser baixados da Internet ou reproduzidos em serviços de *streaming*. Organizados em uma série de episódios, os *podcasts* podem tratar de diversos temas (...)”. LOUBAĀ, Ana Letícia. O que é podcast? Saiba tudo sobre os programas de áudio online. **Techtudo**. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghtml>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

Os tópicos do podcast foram escolhidos em função das demandas curriculares da disciplina escolar de Geografia, bem como das possibilidades de contribuição e estudo multidisciplinar. Nesse sentido, os quatro podcasts exploraram as seguintes temáticas: queimadas, urbanização mal planejada, revolução verde e mineração.

O presente artigo é fruto dos resultados de pesquisa e de ação extensionista desenvolvidas nesse âmbito por graduandos e graduandas, orientados por uma docente tutora do grupo de Educação Tutorial. Portanto, cabe registrar a experiência desenvolvida com o projeto EDIHUM, apresentar os resultados contemplados pela ação extensionista e ponderar sobre essa vivência. Consideramos que publicizar e publicar esta experiência extensionista, na modalidade artigo científico, é de fundamental importância para dar visibilidade à extensão universitária brasileira, bem como para apontar caminhos a outras práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito das universidades e escolas públicas.

Sendo assim, na primeira parte do presente texto detalhamos a metodologia desenvolvida para a aplicação da ação de extensão. Em seguida relatamos os resultados obtidos com a publicação dos podcasts, considerando o número de visualizações, interações e comentários extraídos das plataformas digitais utilizadas. Por fim, construímos reflexões teóricas sobre a extensão universitária e a prática extensionista, dialogando com a bibliografia pertinente às noções de “extensão universitária” e “educação em direitos humanos”. A abordagem dos conteúdos reelaborados se deu dentro de uma perspectiva de educação para os direitos humanos, entendida como forma de cidadania voltada à luta social (WAISELFISZ, 2015). Sob essa perspectiva, o tratamento teórico enfatizou a negligência do Estado brasileiro, a influência das políticas neoliberais e os discursos conservadores improcedentes com a realidade. A importância desses estudos decorre, em especial, do contexto em que nos encontramos de tsunami conservador e neoliberal, pautado no pânico moral, na precarização dos serviços públicos e no discurso obscurantista (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019). Ainda no âmbito da pesquisa em extensão, adotamos como estado da arte para a produção deste artigo os autores: Almeida (1991), Botomé (1996), Mondani (2009), Thiollent (2002), Severino (2007), Freire (2013), Waiselfisz (2015), Seffner e Pereira (2018), e Silva, Campani e Parente (2018). Ainda cabe registrar que o projeto obteve recursos do Programa Educação Tutorial PET, MEC, FNDE.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DA AÇÃO

A equipe responsável pelo projeto Edihum se organizou ao longo de dois meses a partir de uma rotina quinzenal. Os procedimentos efetivados para implementação das ações consistiram em: (1) reuniões semanais com o professor regente; (2) realização de pesquisas individuais, roteirização e gravação em equipe; (3) divulgação do material; (4) elaboração de páginas de exercícios didáticos de reforço do conteúdo.

Assim, no início de cada uma das quatro quinzenas, o grupo se reunia com o professor regente da disciplina escolar de Geografia, momento em que eram levantadas as demandas da grade curricular de conteúdos que iriam ser ministrados. Optamos por agir dessa maneira dialogada, pois foi nosso interesse respeitar o profissional e seu ensino disciplinar, assim evitando agir como se a Universidade fosse a sede do saber que vai até a sede da ignorância (FREIRE, 2013). Então, considerando as opções, a equipe EDIHUM escolhia as temáticas de maior afinidade com os cursos aos quais pertence o grupo PET CiSA, em especial levando em conta assuntos que colegas estudantes de Meteorologia pudessem contribuir. Dessa forma, foram levantadas as quatro temáticas abordadas: queimadas, urbanização mal planejada, revolução verde e mineração. Ainda nesse encontro, era definido quem seria responsável pela produção do episódio daquela quinzena, variando de duplas até quartetos, em função da disponibilidade individual.

Com isso, nossa rotina quinzenal passava para a próxima etapa de estudo do conteúdo. Para esse fim, o grupo realizou pesquisa em fontes de informação, dentre as quais repositórios digitais de acesso livre, artigos científicos relacionados às áreas que compõem o PET CiSA e também a outras disciplinas alheias às nossas formações. Outra fonte usada para a fundamentação do conteúdo produzido pela equipe consistia nos dados disponibilizados digitalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enfim, tais informações eram compiladas e recortadas na intenção de produzir roteiros de fala, com o limite ideal de oito minutos. Gravamos esses podcasts por meio de aplicativos gratuitos que tínhamos à disposição. Em seguida, tais arquivos de áudio receberam a edição, que levava em consideração cortar vícios de fala, silêncios ou frases interrompidas.

Ainda no sentido de produção, convém comentar sua forma de divulgação. Com o arquivo de áudio pronto, este era inserido em um vídeo para ser publicado na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, mais especificamente no canal do PET CiSA². A conveniência desse espaço digital se deve à familiaridade da população jovem com o site.

A última etapa de produção quinzenal consistiu na elaboração de exercícios didáticos sob a forma de perguntas de múltipla escolha com base no tema de cada semana, cujo intuito era reforçar as colocações feitas sobre as temáticas, bem como fomentar um momento de autoria em que os próprios discentes poderiam responder com autonomia. Nosso grupo pretendia sempre a construção de questões politizadas e atrativas que chamassem atenção e fossem acompanhadas de imagens. Tais questões eram enviadas num documento digital de texto ao docente, junto de um gabarito. O professor regente, por sua vez, repassava ao alunado o link do vídeo do podcast e o documento de texto com as perguntas, que teriam de ser devolvidas para correção final.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC9YsOgTwb8OH6XpziRqUyOw>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

A seguir apresentaremos os dados quantitativos extraídos das duas principais plataformas digitais utilizadas, Youtube e Google Classroom. Depois de algumas ponderações e precauções sobre os dados, serão discutidos três aspectos fundamentais do projeto, com relação à sua adequação: (1) às demandas formais do PET, (2) às noções de educação em direitos humanos e (3) aos conceitos de extensão. Essa verificação de coerência teórica e metodológica tem relação direta com os objetivos específicos ditos anteriormente.

Passemos à quantificação dos resultados dessa interação. Na data de 15 de abril de 2021, em ordem de publicação, os episódios alcançaram 164, 152, 104 e 95 visualizações³ dos vídeos na plataforma do Youtube. Assim, percebe-se certa diminuição do total de apreciações ao longo de seu compartilhamento, entretanto o que preocupa é que a somatória final das turmas computava 192 estudantes, o que significa que nenhum vídeo teve alcance total. Esta constatação pode ter relação com a capacidade de acesso, tempo disponível, falta de atratividade por parte do nosso conteúdo ou desgaste devido ao contexto pandêmico.

Acerca desses valores, importa termos o cuidado de considerar que entre cinco ou dez visualizações foram feitas pelo próprio grupo do projeto, para avaliar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Além disso, há a chance de que estas publicações tenham alcançado público alheio ao projeto, tornando mais difícil ainda perscrutar o interesse das turmas pelo tipo de material.

O segundo elemento quantificável que merece atenção reside no número de atividades devolvidas pelas turmas. De 192 estudantes, a média de trabalhos entregues, respondidos, foi de 59,82%, ou seja, três quintos de participação. Portanto, computamos ao todo 460 atividades devolvidas, logo 309 não respondidas. Cabe destacar que cada turma apresentou uma taxa de devoluções que se manteve, em geral, constante. Aliás, como exemplo da discrepância entre os dados, destacamos que determinada turma atingiu a taxa de 81% de entregas, ao passo que outra turma chegou a 88% de pendências.

Não realizamos uma leitura integral de todos os trabalhos devolvidos, haja vista que não era nosso escopo. Mesmo assim, um estudo focado numa atividade, em uma das turmas, nos leva a relativizar o otimismo dos números alcançados. O trabalho escolhido, aleatoriamente, obteve 17 respostas e 14 pendências em determinada turma. Dessas entregas, destacamos que cinco delas eram “cópias”, transcrições letra por letra, duas estavam incompletas, realizadas pela metade, e uma estava vazia, era apenas o documento de texto em branco. Ou seja, praticamente metade das devoluções eram inadequadas. O último destaque a ser dado sobre essa atividade específica é que duas pessoas não entenderam o que foi apresentado no podcast, pois suas respostas ignoravam a

³ “O YouTube contabiliza a visualização de um vídeo assim que ele é aberto por um visitante. Não há tempo mínimo para ficar assistindo. Se alguém abrir seu vídeo, a visualização já é contabilizada, mesmo que a pessoa assista por apenas alguns pouquíssimos segundos e desista”. VINHA, Felipe. Como funcionam as visualizações do YouTube? Sete perguntas e respostas. **TechTudo**. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/02/como-funcionam-as-visualizacoes-do-youtube-sete-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em 26 de abril de 2021.

a explicação meteorológica. Esta constatação nos leva a considerar que os espectadores podem não ter assistido e enviado a atividade como forma de conseguir participação ou talvez o método de explicação deva ser melhorado.

Ademais, uma fonte de dados a ser considerada reside na última atividade, que consistiu, especialmente, em três perguntas com o intuito de conhecer o que a turma pensava sobre o projeto. Quando o alunado foi questionado acerca de seu episódio preferido, das 58 respostas 37,9% dos respondentes indicaram o primeiro (queimadas no pantanal), 31% marcaram o quarto (mineração), 24,1% apontaram o terceiro (revolução verde) e apenas 7% disseram que era o segundo (urbanização mal planejada). Essas escolhas eram, geralmente, explicadas pela relevância do tema, sendo que três estudantes argumentaram que é importante conhecer esses assuntos, porque poderiam conscientizar as pessoas. É compreensível que o episódio “queimadas no pantanal” tenha sido um dos mais apreciados, haja vista os inúmeros focos de queimadas que ocorreram em um curto período de tempo durante a ação extensionista.

Ainda nesse exercício, em tom de despedida, solicitamos que sugerissem melhorias no encaminhamento do projeto e as temáticas que gostariam de conhecer melhor. Determinadas sugestões de aperfeiçoamento podem ser agrupadas em quatro categorias: pedidos por uma interação mais humana (30%), novos participantes no podcast, como professores ou entrevistas (30%), demandas por curiosidades e indicações de material (25%) e, por fim, proposta de aprofundamento e mais tempo de podcast (15%). Fica claro que a necessidade do distanciamento social deixou muito evidente o quanto o contato social é necessário para uma melhor aprendizagem. Daí extraem-se as possibilidades de aproximação com as turmas a partir de aulas, vídeos, entrevistas e participação com professores. Além disso, trouxeram vários tópicos de interesse que gostariam que nosso podcast abordasse, aproximadamente 60, que se encaixam, majoritariamente, sob dois grupos de temas: relacionados à ecologia (50%) e à vivência rural (20%). Portanto, convém valorizar a atitude ecológica de tais respondentes, bem como sua curiosidade acerca de temas de seu contexto. Estes são assuntos que dialogam com os três episódios mais votados pelos alunos.

Esses são alguns indicativos úteis para considerar na avaliação de nossa experiência. As visualizações no Youtube, as atividades entregues adequadamente no Google Classroom e as sugestões de melhorias ao projeto são elementos quantificáveis que expressam o número de interações, não sua profundidade ou capacidade de transformação. Nesse contexto de ensino remoto limitado, corre-se o risco de reduzir o processo pedagógico a variáveis computáveis, perdendo o âmbito afetivo, numa representação do ensino remoto que apaga os estudantes. Entretanto, quando perguntados sobre interesses, manifestaram-nos a partir de temas e interações relacionados as suas vidas e preocupações com o meio ambiente. Sendo assim, apesar da ênfase quantitativa dada acima, fica expresso como as turmas idealizam maior contato humano, quando pedem mais interação, entrevistas ou participações especiais.

Adequação às finalidades formais do PET

Explicitada a dimensão dos resultados práticos, importa avançarmos na discussão teórica sobre a experiência. Esperamos com isso relatar e realizar uma autocrítica que resulte em desenvolvimento ao projeto e ao nosso PET. Nesse sentido, reforçamos que os objetivos do Programa de Educação Tutorial, legalmente estabelecidos (BRASIL, 2013), consistem em proporcionar a melhoria dos cursos de graduação, bem como uma formação integral pautada pelo princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Vide que “o grupo PET deverá realizar atividades que possibilitem uma formação acadêmica ampla aos estudantes e que envolvam ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2010). Além disso, a atuação dessas pequenas comunidades depende do conceito de educação tutorial, que valoriza a troca de saberes e aprendizagem coletiva. Abaixo seguem algumas ponderações acerca da influência formativa do projeto realizado.

De início, convém pautar as lições proporcionadas pela implementação desse projeto. Daremos destaque à colaboração do profissional da educação básica, que foi elemento-chave para o desenvolvimento de nosso projeto. Nesse sentido, os diálogos pautados na empatia e respeito profissional possibilitaram perceber e criticar a conjuntura à qual está submetido o professorado, em especial, o sul-rio-grandense. Em primeiro lugar, a desvalorização se expressa pelo salário baixo e atrasado, o que implica, inclusive, no endividamento do sujeito, na contração de dívidas para saldar os compromissos. Ao mesmo tempo, o esforço exigido não é reduzido, muito pelo contrário, sofre-se um acréscimo de carga horária. Sob tais circunstâncias, o corpo docente precisou produzir atividades e corrigi-las em maior escala, pois no regime presencial certas aulas podiam ser voltadas à explicação do conteúdo, algo que se tornou inócuo frente ao desinteresse das turmas.

No âmbito cotidiano, importa destacar ainda que as novas formas de interação com as turmas foram frustrantes. Numa das reuniões remotas semanais, o professor relatou o desgaste emocional gerado pelo pouco retorno de atividades, poucas respostas e poucas presenças em encontros online por chamadas de vídeo com as turmas. Isso explica as constantes tentativas de chamar atenção da turma e a cobrança, essas são formas de “correr atrás dos estudantes”, nas palavras do docente. O trabalho, nesse contexto, passa a depender do uso de plataformas digitais e redes sociais, chegando ao ponto de sobrecarregar canais de uso pessoal. Inclusive merece nota que o professorado não recebe ajuda de custo para a compra e manutenção de material eletrônico adequado como computadores, celulares, câmeras ou microfones, restando-lhe sacar de suas próprias economias.

Com isso, estamos dando destaque aos desafios concretos impostos ao ofício professoral em um determinado cenário. O segmento ocupacional do Magistério enfrenta frustrações financeiras e afetivas relacionadas ao desempenho de suas funções. Isso, porém, não significa um abandono ou uma desesperança, mas a inserção na luta pela educação e pelo exercício laboral digno.

O professor que colaborou com nosso projeto, mesmo em um contexto de tantos obstáculos, que ele não ignora, é exemplo de dedicação e abertura, mantendo sempre uma perspectiva crítica aos entraves da conjuntura política.

Depois desses aspectos formativos dados pela colaboração com o docente, é útil avaliar outras dimensões profícuas da experiência. Tendo em vista que um dos objetivos do Programa de Educação Tutorial consiste na formação integral do grupo de discentes envolvidos, a seguir daremos enfoque nos aspectos educativos implicados na realização do Projeto EDIHUM para o grupo de graduandas e graduandos.

Em primeiro lugar, ganha destaque o papel-chave desempenhado pela pesquisa, entendida como reconstrução de conhecimento (SEVERINO, 2007, p. 25), pois, a cada novo assunto, a equipe responsável se direcionava para uma revisão de literatura, com a intenção de entender as interpretações acadêmicas lançadas contemporaneamente sobre o objeto. A realização desse procedimento envolve busca, seleção, interpretação e reelaboração, determinando as ênfases a serem dadas ao tema. Portanto, a produção do roteiro envolvia uma série de exercícios úteis a uma formação não voltada à memorização, mas à capacidade de reflexão e análise (SEVERINO, 2007, p. 27).

Além disso, convém considerar ainda dois objetivos pretendidos pelo PET: formação cidadã e profissional. Em primeiro lugar, a noção de cidadania foi contemplada pela execução do EDIHUM conforme nossas produções eram críticas às formas de opressão neoliberais, bem como às interpretações anticientíficas. Ao mesmo tempo, uma abordagem profissional também vê proveitos no desenvolvimento do projeto de produção de podcasts didáticos, especialmente para duas das quatro graduações envolvidas. Primeiramente, o grupo de estudantes de História licenciatura ganhou experiência na produção de conteúdo didático acessível e politizado, algo intimamente ligado com seu fazer professoral. Em seguida, discentes do curso de Comunicação Social com habilitação em Produção Editorial acrescentaram prática na edição de áudios, elemento recorrente em seu ofício. Com esses apontamentos, pretendemos argumentar que este projeto influenciou positivamente na aquisição de uma formação integral, abordando aspectos científicos, profissionais e cidadãos.

Conformidade com as noções de educação em direitos humanos

Outra exigência teórico-metodológica que precisamos levar em conta consiste na relação entre nossa prática e uma educação para uma cultura de direitos humanos. A seguir, para abordar essa perspectiva política e didática, lançamos mão de certas indicações em referencial institucional e textos acadêmicos. Assim que encerrarmos essa discussão, passaremos a considerar sua adequação com nossa experiência.

Uma curta publicação de 2015 teve o objetivo de divulgar a educação em direitos humanos, entendida como forma de empoderar a sociedade civil. Nesse sentido, há dois âmbitos de legitimidade da noção de direitos humanos. O mais amplo diz respeito a uma série de acordos solenes entre países e aprovados pela Organização das Nações Unidas. Enquanto o segundo se expressa na Constituição da República Federativa do Brasil a partir da denominação de direitos fundamentais (WAISELFISZ, 2015, p. 13).

Interessa-nos, especialmente, a perspectiva pedagógica apresentada pelo material, que se afastou de um ensino bancário, domesticador; na verdade a abordagem defende que a “difusão deve ser pautada pelo estímulo à reflexão e, finalmente, favorecer o seu exercício” (WAISELFISZ, 2015, p. 08). Sob esse aspecto, o texto advoga uma aprendizagem que entrelace teoria e prática, que promova intervenções na sociedade. Essa postura decorre da finalidade de consolidar a democracia participativa e seus valores, porque conquistas legais não se sustentam sem a colaboração da sociedade. Assim, essa referência institucional argumentava em favor da construção de uma nova cultura de direitos humanos.

Nesse sentido, não se confunda aqui uma educação em direitos humanos com o ato de decorar artigos das plataformas jurídicas. O que se pretende, na verdade, é uma elaboração democrática que valorize aquilo que Mondani chama de “formação de uma cultura comprometida com a construção de uma sociedade dos direitos humanos” (MONDANI, 2009, p. 69). No entendimento desse autor, a ideia de cidadania “deve ir muito além da necessária, ainda que não suficiente, igualdade jurídico-formal, tendo como horizonte de luta a transformação de uma sociedade rumo a um ideal de conquista da igualdade social com liberdade individual e respeito à diversidade” (MONDANI, 2009, p. 58). Dessa forma, ao assumir como objetivo de nosso projeto uma educação para uma cultura dos direitos humanos, nos colocamos em favor de determinado projeto de sociedade.

Todavia, contextualizando essa disputa de discursos políticos na história brasileira, importa considerar que o Brasil contemporâneo é produto de um passado específico que possui suas peculiaridades. O mundo colonial da América portuguesa foi dominado por homens brancos europeus em detrimento às populações americanas e africanas e, em especial, às mulheres das diferentes etnias. Para Fernando Seffner e Nilton Pereira, tendo em mente a atualização desse passado colonial, ou seja, a persistência de aspectos pretéritos no Brasil contemporâneo, uma educação em direitos humanos precisa ser pautada no combate às formas de machismo, racismo e heterossexismo (SEFFNER; PEREIRA, 2018). Por isso, ponderar sobre uma educação que objetiva uma nova cultura de direitos humanos exige uma atuação enfática contra as manifestações mais perigosas de nossa cultura.

Portanto, ao considerar os aspectos históricos e as orientações pedagógicas sobre uma educação para essa cultura, concluímos a adequação da perspectiva de luta social para nosso projeto. Assim, assumimos a disputa contra o machismo, racismo e

heterossexismo como frentes de atuação importantes para a concretização dos direitos fundamentais. Também ganha importância a disputa pelo Estado, a partir da denúncia de suas formas de omissão. Nesse contexto, os direitos sociais não são presentes óbvios, mas vitórias da mobilização de setores oprimidos da sociedade, ainda que ocorram dentro dos termos da democracia capitalista e com as suas limitações. Nessa grande disputa, o respaldo do direito internacional é uma estratégia importante e nós a adotamos em nossa breve intervenção.

Tendo em vista esse horizonte teórico, passemos à autocrítica. A atuação acadêmica deve ser pautada pela coerência e pela abertura à revisão. Portanto, convém levar em conta nossa contribuição para o objetivo didático assumido, isto é, o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos. Nesse sentido, os temas abordados foram de natureza socioambiental e cada um deles explora diferentes formas de opressão, exclusão e luta social. Mesmo assim, a crítica ao neoliberalismo foi uma constante no material produzido. Tendo em vista que essa perspectiva político-econômica trata do esvaziamento do Estado e da irresponsabilidade social do mercado, problematizá-la consiste numa forma de colaborar com uma cultura de direitos humanos pautada nas conquistas dos movimentos sociais organizados. A seguir, apresentamos os episódios, seus temas e sua adequação à pretendida pedagogia.

Em ordem de publicação, o primeiro podcast produzido tematizou as Queimadas no Pantanal. Neste conteúdo, a equipe responsável combateu de forma científica as mentiras contadas pelo governo central acerca das causas de certas tragédias ambientais ocorridas em 2020. Num sentido similar, o segundo episódio, Urbanização Mal Planejada, lançou críticas ao descaso governamental com serviços e saneamento básicos. Nesse podcast fica notável o valor dado à luta dos movimentos sociais organizados na efetivação dos direitos humanos. Em seguida, a terceira publicação, pautando a Revolução Verde, focaliza sua reflexão na despreocupação governamental com a segurança alimentar do país. Esse aspecto de crítica ao neoliberalismo se deu conforme a equipe atacou o uso de agrotóxicos, o latifúndio excludente e as argumentações demagógicas da elite rural. Enfim, ao tratar dos Impactos da Mineração, o destaque foi dirigido aos danos socioambientais. O grande questionamento realizado pela dupla responsável consistiu no descaso governamental frente à fiscalização e punição dos danos causados pela exploração econômica. Ao realçar a insuficiência das indenizações, a equipe coloca a necessidade de uma tomada de atitude frente ao descaso.

Nesse esforço didático, convém pautar o papel das atividades de exercício. Ao respondê-las, o corpo discente era convidado a refletir e ser criativo diante de determinados problemas, como, por exemplo, “o que você faria sobre as queimadas no Pantanal se estivesse na presidência do Brasil?”. Não queremos ser simplistas e dizer que isso basta para promover um processo de aprendizado construtivista e crítico, nos termos de Freire, mas que lançamos mão de possibilidades que estavam ao nosso horizonte visando a produção de situações didáticas, em certa medida, conscientes e protagonizadas pelo alunado. Assim como procuramos tornar as questões o mais leve possível, para que a extensão não provocasse um maior desgaste. Nesse sentido, atividades mais complexas demandariam um estresse extra para os alunos, que também são

prejudicados com as atividades remotas e com a falta de um ambiente de estudos adequado.

Dessa forma, concluímos pela adequação e possível contribuição para uma cultura de direitos humanos fundada na luta social e na crítica às formas de opressão e omissão estatal. O encaminhamento do projeto foi pautado pelo estímulo à reflexão do alunado, ainda que pouco consideramos a noção de exercício dos direitos de forma concreta e experimental, como sugere nossa referência teórica (WAISELFISZ, 2015, p. 08). Entretanto, dentro das limitações da metodologia e das formas de interação com o corpo discente, entendemos que apresentamos uma série de problemáticas importantes à cultura de luta pela implementação dos direitos humanos.

Reflexões sobre a extensão universitária e a prática extensionista

A última reflexão a receber atenção consiste no julgamento da extensão executada diante da adequação ao corpo teórico abordado. Da mesma forma que estudamos a conformidade da educação em direitos humanos, procederemos à análise da congruência da ação com a categoria de extensão universitária. Isto é, em primeiro lugar levantaremos um panorama histórico do objeto, de modo simultâneo entraremos na discussão teórica e, por fim, estudaremos a continuidade entre a ação e a reflexão.

O tema “extensão” foi muito debatido ao longo das nossas reuniões de projeto, quando houve bastante insegurança por causa da grande pergunta “o que é uma boa extensão?” ou melhor “o que é uma extensão?”. Após algumas leituras e muitos debates começamos a entender melhor sobre os processos que levam a desempenhar uma extensão de qualidade. Nesse sentido, o histórico conceitual da extensão não é muito favorável a uma definição arbitrária e curta sobre o tema, como num dicionário, pois ao longo da nossa história nos deparamos com determinadas vertentes teóricas divergentes sobre o que seria uma boa extensão, sendo as principais delas opostas. Acerca disso, destacamos Freire (2013), de caráter dialógico, que focaliza o protagonismo da população no processo de aprender e agir e, em outro ponto, temos a visão presente na Reforma de 1968 (ALMEIDA, 1991), que parte de uma premissa de prestação de serviço pontual por parte das universidades como forma de esvaziamento político. No entanto, por mais que as duas vertentes supracitadas possam parecer opostas, é irônico que na maioria dos casos esses dois pensamentos acabam guiando boa parte dos projetos extensionistas, nos quais existe um grande apreço pelo que é pensado por Freire, mas que na prática se torna muito mais uma extensão de prestação de serviços ou assistencialismo, o que torna frustrante colocar-se em uma extensão. Durante nossa extensão tivemos muitos momentos em que nos encontrávamos em conflito com a própria formulação de como o projeto deveria ser, muito em decorrência de não podermos contatar diretamente aos alunos, devido a pandemia do COVID-19. Mesmo que nem todas as partes tenham atingido o esperado, nos orgulhamos de perceber que foi feito baseado na melhor forma possível, dentro da vertente teórica que mais nos contempla.

Ao longo do século XX, com os projetos desenvolvimentistas, a federalização de

faculdades e a interiorização da universidade pública no Brasil, novas perspectivas emergem a respeito do ensino superior. A autora Maria de Almeida (1991) aborda, sob um viés marxista, a evolução da noção de extensão na universidade brasileira. Após uma breve referência ao caráter renovador da Escola Nova e de movimentos “liderados por grupos identificados com os problemas sociais” (ALMEIDA, 1991, p. 20), ela explora a Reforma Universitária de 1968, que estabelece a extensão em plena ditadura civil-militar. Em seu entendimento, a instituição dessa prática teve o intuito de neutralizar, eximir e vigiar. Ao direcionar o ímpeto político universitário para ações não radicais, pretendia esvaziar uma politização indesejada do fazer acadêmico. Da mesma forma, ao outorgar certa responsabilidade social à instituição, o governo poderia eximir-se em parte de seus compromissos com a população (ALMEIDA, 1991). Além disso, essa era uma forma do Estado militar manter vigilância atenta sobre sujeitos e organizações, pois agiriam sob a burocracia policialesca. Sendo assim, as práticas extensionistas eram muito adequadas para o regime, manteriam ocupado e vigiado o ativismo político, que estaria voltado para o assistencialismo ao invés da crítica à estrutura. Por tudo isso, a autora classifica a extensão no período militar como uma estratégia individualista, colonialista, conservadora e apassivadora.

Mesmo nesse contexto de pretensões autoritárias, podemos contar com importantes reflexões críticas, e uma delas nos ajudou a pensar neste artigo. Escrito em plena ditadura, a primeira edição do livro de Antônio Joaquim Severino nos oferece uma visão muito pertinente sobre a extensão universitária (SEVERINO, 2007). Para este autor, as três atividades, ensino, pesquisa e extensão, formam um sistema com certa reciprocidade. O ensino exige pesquisa para que seja autônomo e criativo. A pesquisa exige extensão para que o ensino entre em contato com os problemas da sociedade e os assuma como seus objetos. A extensão, portanto, fornece ao ensino politização, à pesquisa relevância social e à sociedade acesso ao conhecimento. Assim, o conhecimento produzido pela universidade “precisa ser disseminado e repassado, colocado em condições de universalização” (SEVERINO, 2007, p. 34). Com esse raciocínio esquemático é possível perceber as relações entre as atividades e ter uma compreensão do que seria o princípio da indissociabilidade do fazer acadêmico.

Avançando cronologicamente, esse quadro político muda quando os agentes populares ganham força e organização. O processo de redemocratização percebe a emergência de intelectuais progressistas no campo da Educação, dentre eles ganha destaque a influência⁴ de Paulo Freire e a discussão que propõe acerca da invasão cultural (FREIRE, 2013). O autor argumenta em, pelo menos, dois sentidos: hierárquico e gnosiológico. Em um primeiro momento, o autor critica a prepotência de quem desconsidera as camadas trabalhadoras em

⁴ Inclusive, a Universidade Federal de Santa Maria, ao estabelecer as diretrizes da extensão, elenca como primeiro valor a “interação dialógica entre universidade e sociedade”. Ver mais em: Política de Extensão da UFSM. **PROPLAN**. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/politica-de-extensao-da-ufsm/>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

sua humanidade, inteligência e capacidade. Ao lado disso, o autor reiteradamente ataca a noção de que o conhecimento é um objeto a ser entregue, algo que pode ser absorvido só de ouvido. Na verdade, defende que aprender é reinventar, criticar e usar os saberes, não apenas ouvir uma exposição (FREIRE, 2013, p. 20). Assim, ambos argumentos convergem numa extensão que valorize a ação e reflexão dos sujeitos em um processo de crítica de si e do mundo.

Ao teorizar sobre extensão universitária, Michel Thiollent (2002) elenca três dimensões do conhecimento necessárias para o desenvolvimento da prática de forma a abranger os públicos externos à universidade. Thiollent explica que é necessário mais do que somente uma transferência de conhecimento, assim como Freire critica a educação bancária, deste modo busca uma metodologia ideal que tenha como princípios as dimensões crítica, reflexiva e emancipatória. De início, a dimensão crítica remete à problematização dos meios, podendo ser dirigida ao campo das ideias, da vida cotidiana ou profissional. A dimensão reflexiva é puramente a crítica do pensar sobre como se deu a aprendizagem, o porquê, quem nos fez refletir sobre, de onde foram tiradas essas informações, de modo que haja a construção do conhecimento por parte dos próprios participantes. Por último, a dimensão de propósito emancipatório pode ser tratada como o incentivo à autonomia e a transformação do meio pelo próprio sujeito. Assim, face à exclusão econômica e social das camadas trabalhadoras, bem como o sucateamento da educação pública, ganha relevância o papel da extensão universitária auxiliando o educando na obtenção da educação. Essa libertação pode ser aprofundada com a oportunidade de profissionalização a partir do ensino superior e uma consequente ascensão econômica e social pautada na compreensão do sistema opressor.

A não compreensão da obra de Freire (2013) faz com que uma “troca de saberes” seja o suficiente, uma aparência de horizontalidade e a abordagem de conteúdos progressistas satisfaçam o teor dialógico necessário à extensão. Essa visão superficial da obra impede que uma educação libertadora aconteça, um processo de colaboração e intervenção nos problemas reais, em que os sujeitos sejam protagonistas críticos e autocríticos. A perspectiva crítica resume-se, assim, a uma aparência esvaziada.

Outra incompreensão reside em ignorar a reciprocidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tratadas como eixos independentes a serem cumpridos em momentos distintos. Com isso torna-se preocupante a noção de prestação de serviço pontual, descontinuada, pouco fundamentada, simplista e não baseada em pesquisas. Esses usos decorrem da influência da pretensão assistencialista da extensão na ditadura, mas também de um engano sobre o objetivo da academia. As autoras Silva, Campani e Parente acusam que a autonomia intelectual da universidade acaba, nesses casos, sendo interpretada como falta de responsabilidade social (SILVA; CAMPANI; PARENTE, 2018, p. 99).

Prosseguindo com a discussão sobre as práticas, Silvio Paulo Botomé lança críticas contundentes aos equívocos de entendimento sobre o fazer universitário (BOTOMÉ, 1996). Para o

autor, a universidade perde de vista seu papel institucional toda vez que realiza atividades bem intencionadas, mas que fogem do seu dever. Visando legitimar seu consumo de recursos financeiros, a comunidade acadêmica lança mão de uma retórica de compromisso social, o qual deveria ser efetivado a partir da extensão. Entretanto, essas ações perdem a dimensão profissionalizante e criadora de conhecimento, tornando-se mero “discurso justificador, auto-complacente e alienante, afastado da realidade social e de suas gritantes necessidades” (BOTOMÉ, 1996, p. 60). Assim, perdem de vista transformar a sociedade com pesquisas inovadoras e contundentes, com a expansão do acesso a conhecimentos científicos e colaboração com instituições públicas. Para este autor, a extensão sequer deveria existir enquanto atividade, parte da tríade, na verdade, ela precisa ser uma filosofia que inspira os objetivos da pesquisa, um incentivo para que, durante o ensino, estudantes apliquem os conhecimentos, bem como um fomento para a proposição de cursos, oficinas e outras formas de acesso popular ao conhecimento científico pertinente (BOTOMÉ, 1996).

É, nesse contexto de equívocos e teorizações, que nos entendemos e percebemos fazendo parte de um processo de aprendizado e produção acadêmica. Dentro desse cenário, nem sempre os conhecimentos específicos são de fato importantes para a sociedade como um todo, por mais úteis que sejam para o aprofundamento teórico e metodológico de pontos caros às nossas áreas acadêmicas. Nesse sentido, há a necessidade de filtrar nossos conhecimentos de modo a transformá-los em saberes válidos para o público participante da extensão. Essa seleção pode acabar frustrando muito o processo de criação metodológica da extensão, além de ser problemática a necessidade de “incluir” a população em um conhecimento que não necessariamente está sendo debatido no meio acadêmico. É evidente que a rotina em uma universidade é diferente de uma extensão, mas, por mais que sejam “focos diferentes”, não fica muito difícil dizer que boa parte das dificuldades de se concluir uma extensão com satisfação se dá devido às limitações que são colocadas no nosso meio de formação. Nesses espaços acadêmicos, a troca de experiências, muitíssimo importante em uma extensão, se torna de pouca utilidade, caso essa “experiência” não tenha como base uma leitura mais teórica (SILVA; CAMPANI; PARENTE, 2018). Dessa forma, os valores acadêmicos influenciam as práticas extensionistas também.

Levando em conta o panorama apresentado, temos que a extensão nas universidades brasileiras acaba imersa em diferentes interpretações e orientações, haja vista que decorre dos ímpetus políticos universitários e das formas de controle ditatorial. Além disso, a não compreensão das teorizações resulta em enganos no momento de execução e planejamento. Ao pretender uma extensão desvinculada da pesquisa e do propósito de autoformação, os formatos de ação caem em rotinas irrefletidas e em discursos (auto)legitimadores. Da mesma forma, a não compreensão do que seria um processo de aprendizagem libertador faz das execuções dos projetos uma conversa superficial, um jogo de palavras sem propósito. Esses erros teóricos exigem que tenhamos nossas preferências teórico-metodológicas e queiramos aplicá-las, concretizar o que foi refletido.

No sentido de concluir a discussão teórica sobre extensão, precisamos apontar algumas considerações. De início, fica notável o caráter maleável do conceito, bem como suas possibilidades e seus diferentes enfoques. Enquanto terminologia e objeto de reflexão, é compreensível que possua essa flexibilidade, o que não exige a equipe de selecionar aspectos mais desejáveis dentre as perspectivas. Nesse sentido, com intuito de dar direcionamento de forma pragmática às ponderações do grupo, indicaremos algumas orientações, princípios e entendimentos presentes na bibliografia abordada, de modo a contemplar dimensões do que seriam práticas extensionistas politizadas e adequadas à função institucional da universidade.

Destacamos, em primeiro plano, o fundamento da escolha: a função social da universidade, já que daí decorrem os princípios norteadores do conceito de extensão. Nesse sentido, entendemos que a finalidade institucional da universidade reside na formação de profissionais com base na ciência e na cidadania. Assim, ganha realce a noção de autoformação a partir da contribuição no enfrentamento de problemas sociais, desde que baseada no ato de pesquisar (SEVERINO, 2007). Nesse mesmo sentido, entendemos que uma forma de dar conta dessa perspectiva reside em fornecer acessibilidade ao conhecimento crítico e contribuir com agentes de instituições públicas (BOTOMÉ, 1996). De forma mais metodológica, ganham nossa atenção os valores do aprender como processo gnosiológico de construção do conhecimento a partir de seu uso (FREIRE, 2013), bem como os valores da reflexão, da crítica e da emancipação (THIOLLENT, 2002). Tomados tais parâmetros, poderemos observar mais atentamente nossa prática e transformá-la.

Portanto, o último esforço a ser repensado sobre nossa experiência reside na adequação do projeto às noções de extensão encontradas na literatura acadêmica. Assim, finalizando nossas considerações sobre a vivência, precisamos inseri-la no quadro conceitual da extensão universitária, julgando sua adequação ou distanciamento. Anteriormente, no presente texto, agrupamos alguns elementos que pertenceriam a uma boa extensão, que seriam princípios norteadores. Agora recorremos a tais elementos teóricos para avaliar nossa prática.

Quanto ao primeiro dos valores destacados, a autoformação pela pesquisa (SEVERINO, 2007), entendemos uma adequação teórica. Essa afirmação se deve ao fato de que o projeto de produção de material didático a partir de revisão de bibliografia científica envolve uma reconstrução do conhecimento, um exercício de grande autonomia e autoria. Nesse aspecto, poderíamos ter aprofundado o tamanho da fundamentação teórica, em geral, de três textos acadêmicos a cada podcast. Inclusive, as equipes poderiam se dedicar mais à resolução de problemas reais no momento de produzir seus roteiros, assim, a autoformação estaria ligada ao enfrentamento de problemas da sociedade.

Outro princípio norteador de uma atividade universitária socialmente relevante reside na oferta de acesso ao conhecimento e na contribuição com instituições públicas (BOTOMÉ, 1996). Esse aspecto foi efetivado pela atuação do grupo de petianos e petianas, tendo em vista que, ao reelaborar a produção acadêmica dando-lhe caráter didático, estávamos possibilitando a apreensão de saberes próprios do meio universitário. Ao mesmo tempo, estávamos colaborando com um funcionário de um órgão do Estado

brasileiro no desenvolvimento de seu trabalho. Mesmo assim, reforçamos que poderíamos ter alcançado mais participantes.

Continuando as avaliações sobre o processo, passemos a considerar nossa produtividade. Apenas se referindo ao período de produção de podcasts, podemos dizer que foi um projeto pontual, com duração de dois meses, e que resultou em quatro episódios. De certo modo, é um tempo grande para uma curta quantidade de gravações de dez minutos, 40 minutos de conteúdo em dois meses de trabalho. Ademais, temos que considerar que o público alcançado foi de nove turmas de ensino médio, porém este também é um resultado inferior às possibilidades, haja vista que o mesmo projeto poderia ser realizado com mais professores e mais turmas, ganhando uma repercussão algumas vezes maior. No nível da organização interna, a equipe do projeto, composta por oito integrantes, poderia se organizar para que todos produzissem ao invés de que apenas um trio ou quarteto trabalhasse a cada quinzena. Isso teria dobrado a produtividade em número de podcasts. Outro procedimento a ser aprimorado seria o de consultar especialistas no tema que estivessem ao alcance, como docentes da UFSM, solicitando leituras e advertências sobre interpretações a evitar.

Além disso, no âmbito metodológico, Paulo Freire (2013) possui contribuições importantes para pensar o que seria uma educação libertadora. Esse é o aspecto mais espinhoso, para nós, daqueles até então dispostos no horizonte de uma boa extensão universitária, pois envolve uma constante autocrítica, no sentido de uma práxis ativa. Em suma, não promovemos uma educação que convidasse os educandos e as educandas para um processo gnosiológico, em que estes sujeitos criticassem a si e ao mundo, bem como reconstruíssem o conhecimento conforme intervissem na realidade concreta. Aliás, nosso diálogo foi muitíssimo restrito com o grupo de estudantes. Tivemos a preocupação com a qualidade do produto de áudio elaborado, entretanto a participação do corpo discente escolar foi quase nula. O princípio norteador da extensão universitária contido na reflexão freiriana mereceria um projeto voltado para um público menor e que convidasse os estudantes para uma constante conversa e desenvolvimento da crítica, num processo mais produtivo e ativo.

O último dos elementos orientadores consiste no incentivo à reflexão, à crítica e à emancipação (THIOLLENT, 2002). A reflexão sobre nossa atuação aconteceu, durante e depois do projeto, entretanto ela não foi necessariamente estendida ao alunado sob a forma de convite para que repensassem suas atitudes e práticas. Além disso, o autor defende uma crítica às teorias dogmáticas, à sociedade e aos aspectos excludentes da atuação profissional. Nesse sentido, alcançamos parcialmente os ideais, já que nosso esforço de grupo se pautou por um pensamento político e teórico que trouxemos de outros momentos e vivências, não necessariamente uma pausa para contemplação e reformulação profunda. Há ainda a dimensão da emancipação que marcou presença na experiência do EDIHUM, posto que nossas produções eram pautadas por um questionamento das formas de opressão, haja vista nossa perspectiva sobre educação em direitos humanos. Assim, alguns aspectos

podem ser melhorados, visando os ideais apresentados por Thiollent (2002), dentre eles o convite à reflexão do alunado e uma busca por fundamentação teórica mais crítica.

Dessa forma, as ações de extensão aplicadas neste projeto consideram a importância da teoria no julgamento e planejamento das ações de extensão. Como encaminhamentos oriundos da teorização sobre extensão universitária, ganham destaque (1) assumir problemas para direcionar as revisões de literatura, (2) expandir a abrangência do projeto, (3) envolver o corpo discente num diálogo crítico sobre si e sobre o mundo, (4) fundamentar nosso projeto em teoria mais criteriosamente. São melhorias exequíveis que agregarão muito valor pedagógico para os universitários e secundaristas inseridos nas próximas práticas de extensão do PET CiSA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu abordar determinadas dimensões teóricas e práticas relacionadas à extensão universitária no período da pandemia de COVID-19. Sob tal aspecto, não se trata de um discurso de cunho prescritivo, mas sim reflexivo. Portanto, nossas considerações tomaram um tom de autoavaliação cujos critérios foram levantados a partir de bibliografia pertinente. A seguir, apresentamos uma síntese dos resultados e autocríticas.

Em primeiro plano, a apuração numérica do retorno dado pelo corpo discente é um indício fraco do aproveitamento escolar desse projeto. Isso se deve às práticas de cópia de respostas ou entrega de atividades pela metade. Sob esse aspecto, o projeto de 2020 esbarrou nos mesmos desafios do ensino remoto encarados pelo professorado. Ao mesmo tempo, as devolutivas dadas pelo alunado demonstraram também a existência da curiosidade, do interesse e da demanda por interação humana. Nossa equipe não superou o desafio da comunicação, entretanto experimentou uma forma que, com grande demora, estabeleceu expectativas e nos proporcionou conhecer um pouco melhor as turmas envolvidas. Nesse diálogo, os podcasts serviram de canal para uma série de reflexões críticas sobre temas atuais muito relacionados com a luta social pela efetivação de direitos humanos básicos, destacando as omissões do Estado brasileiro. Merece nota, portanto, a politização de nossos esforços, ao lançarmos mão dos direitos humanos para favorecer um projeto de sociedade ao Brasil.

Além disso, entendemos que atingimos certo grau de coerência entre teoria e prática. Com o aprofundamento dos estudos, a teorização permitiu esboçar metodologias mais adequadas ao fazer universitário, dentro do nosso contexto e possibilidade. Afinal, esse é o propósito da fundamentação dos projetos em bibliografia acadêmica. Porém, isso não significa que tomamos essas orientações presentes na literatura sob uma leitura a ser acatada de forma simplista. Na verdade, formulamos entendimentos sobre o que seriam formas adequadas de educação em direitos humanos e de extensão universitária, realizando uma compilação conceitual com ênfases mais ou menos conscientes. Assim, nossa aposta consiste em, a partir dessa autocrítica, melhorar as futuras aplicações do projeto.

Dito tudo isso, convém oferecer nossa contribuição às atividades de extensão durante a pandemia. Dentre aqueles projetos que pensam em práticas educativas escolares, sugerimos que busquem a colaboração frequente com o professorado. Da mesma forma, depois de algum tempo de projeto, peçam melhorias no produto e sugestões de temáticas, explorem essa curiosidade das turmas. Acerca do relacionamento com as turmas, não tenham pressa em tirar conclusões otimistas, pois o ensino remoto dificulta perceber interesse e até mesmo engajamento, devido às más práticas ao entregar atividades. Acima de tudo, reforçamos a conveniência do estudo bibliográfico perspectivando o desenvolvimento do projeto a partir da autocrítica. O fazer acadêmico deve continuar mesmo no contexto de ensino remoto. Mais do que isso, reside aí uma oportunidade de amadurecimento à forma como entendemos o papel da universidade na sociedade em seus diversos contextos. Muito disso depende da reflexão constante entre teoria e prática, bem como entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **A extensão universitária: uma terceira função**. 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250758>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Portaria nº. 343, de 24 de abril de 2013**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2013. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 343, p. 39, 18 mar. 2020. Seção 1.

BRASIL. **Portaria nº. 976, de 27 de julho de 2010**. Dispõe sobre a instituição do Programa de Educação Tutorial PET. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2010. Brasília, DF, n. 212, p. 40, 18 out. 2010. Seção 1.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MONDANI, Marco. Direitos Humanos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 55-71.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

SILVA, Rejane Maria Gomes da; CAMPANI, Adriana; PARENTE, Paulina Maria Mendes. A extensão universitária como pilar epistemológico da indissociabilidade na universidade. In: SILVA, Rejane Maria Gomes da; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de (Orgs.). **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Editora Sertão Cult, 2018, p. 95-110.

Severino; Antônio Joaquim. A pesquisa na Pós-graduação em Educação. **Revista Eletrônica De Educação**. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Cronos**, Natal, v. 3, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 2002.

WAISELFISZ; Júlio Jacobo. **Mapa da Violência**. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>.